

O problema do governo em Foucault: da analítica do poder à governamentalidade

Foucault's problem of government: from analytics of power to governmentality

Helrison Costa¹

Resumo: Neste artigo, analisamos a abordagem dada ao problema do governo por Foucault durante o curso de 1978 *Sécurité, Territoire, Population*. Argumentamos no sentido de que o trajeto foucaultiano acaba por deslocar o conjunto de análises que compõem a analítica do poder e as integra no arranjo da governamentalidade no qual a própria noção de poder é alterada pelo entendimento de que os indivíduos são governáveis. Assim, demonstramos que esse deslocamento é perpassado pelos estudos sobre o tema do governo que investigam as formas de atuação de poder sobre a conduta dos sujeitos a partir da crise do poder pastoral, o que faz aparecer a genealogia da governamentalidade moderna.

Palavras-chave: Foucault, Poder, Governo, Governamentalidade, Genealogia.

Abstract: In this paper, we analyze the approach taken to the problem of government by Michel Foucault during the course of 1978 *Sécurité, Territoire, Population*. We argue that the Foucauldian path displaces the set of analyzes that make up the analytics of power and integrate them into a new arrangement in which the very notion of power is altered by the understanding that individuals are governable. Thus, we demonstrate that the displacement is crossed by the studies on the subject of government that investigate the forms of power acting on the behaviour of the subjects starting from the crisis in pastoral power, which makes appear the genealogy of the modern governmentality.

Keywords: Foucault, Power, Government, Governmentality, Genealogy.

Analisando as pesquisas levadas a cabo por Foucault durante o curso *Sécurité, Territoire, Population* em 1978 no Collège de France, é possível notar um importante deslocamento no que concerne ao entendimento da noção de poder no período genealógico. O poder passa a ser entendido como práticas de governo, isto é, um conjunto de práticas que possibilita a alguns conduzirem ou governarem a conduta de outrem exercendo uma interferência sobre seu campo de possibilidade de ações. Por conseguinte, o interesse de Foucault se volta para o problema das práticas de governo, mais precisamente sobre as justificativas que fazem com que alguns governem e outros obedeçam. No entanto, o caminho perseguido por Foucault não é aquele que procura pelas motivações psicológicas entre os

¹*Doutorando em Filosofia pela UFMG e bolsista do CNPq. E-mail: hcosta.fil@outlook.com

atores, mas é o mesmo aberto por suas pesquisas anteriores, a saber, o campo das tecnologias de poder e das racionalidades imiscuídas a elas, tal como denunciado no exame das práticas de poder disciplinar e do biopoder. Salientamos que esse deslocamento, longe de significar uma ruptura ou desqualificação das análises precedentes, se refere a um alargamento da concepção de poder agora posta sobre a égide da governamentalidade. Com efeito, a perspectiva de uma micropolítica das relações de poder normalizadas, tal como retraçadas em *Surveiller et Punir* e *Le Pouvoirpsiquiatrique*, deslizam para uma abordagem das técnicas em que os sujeitos exercem governo sobre outros, conduzindo a conduta de outrem, ou ainda, sobre como conduzem a si mesmos.

De fato, durante as pesquisas empreendidas até o curso de 1978, a ideia de poder entendida como condução de condutas não havia sido ainda elaborada por Foucault, vindo a se consolidar em decorrência do interesse do autor em relação às práticas de governo que funcionam como técnicas dos dispositivos de poder e que vão justamente incidir sobre a conduta dos governados. Até então, o que se vê é a concepção, hoje bastante conhecida, de poder enquanto relação e que se expressa nas análises micropolíticas em torno da loucura, da medicalização, da disciplina e da sexualidade. No entanto, ressaltamos a afirmação elaborada por Senellart sobre a não identificação de um termo com o outro: “Seria, portanto, inexato afirmar que o conceito de ‘governo’ se substituiu, a partir de então, àquele de ‘poder’, como se esse último pertencesse a uma problemática doravante ultrapassada”².

Dessa forma, assinalamos o aparecimento tardio desse entendimento que se estende a um vasto campo de investigação ainda inexplorado e que provoca ainda uma inflexão no percurso investigativo de Foucault até as questões que atravessam o domínio da ética, questões estas amplamente trabalhadas no último período do autor como possibilidade de analisar os efeitos das técnicas de condução de condutas na constituição das subjetividades, como se verifica nos dois últimos volumes de *Histoire de la sexualité*, bem como os cursos *L’herméneutique du sujet* (1982) *Le gouvernement de soi et des autres* (1983) e *Le courage de la vérité* (1984).

Propomos, então, retomar brevemente alguns aspectos do percurso genealógico foucaultiano com o objetivo de apresentar a concepção de poder desenhada pelo autor no decorrer dos anos 70 e que se desdobra na formulação inédita de governamentalidade, cujas

² SENELLART, M. 2004, p. 399.

mudanças operadas em relação às pesquisas anteriores assumem importância nodal para compreensão do pensamento de Foucault, sobretudo em seu aspecto político.

A analítica do poder

A proposta foucaultiana de uma analítica do poder elaborada nos anos 1970 consiste em investir em uma análise ascendente, que parta das capilaridades e dos mecanismos infinitesimais das relações humanas, a fim de perceber os dispositivos que as compõem para, assim, descentralizar a questão do poder do eixo jurídico em que gira e das instituições em que funciona. Perceber o poder não como fato maciço que exerce opressão sobre aqueles que não possuem poder, deslocando-se para apreensão do poder em suas extremidades. Para isso, Foucault apresenta como método de investigação a genealogia do poder que possibilitaria encetar um tipo de investigação que partiria dos aspectos microfísicos distribuídos no caráter pulverizado das relações entre indivíduos e grupos, evitando, então, uma análise descendente que procuraria deduzir o poder a partir de uma centralidade. Afirma Foucault:

Creio que é preciso examinar o modo como, nos níveis mais baixos, os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder atuam; mostrar como esses procedimentos, é claro, se deslocam, se estendem, se modificam, mas, sobretudo, como eles são investidos, anexados por fenômenos globais, e como poderes mais gerais ou lucros de economia podem introduzir-se no jogo dessas tecnologias, ao mesmo tempo relativamente autônomas e infinitesimais, de poder.³

Do interesse de Foucault pela questão do poder ressalta-se a decisão sempre presente de manter-se afastado de uma concepção pautada em pressupostos essencialistas, bem como a de se desvencilhar de uma concepção jurídico-repressiva do poder, tal como formulada pelas Teorias políticas de soberania. Nesse sentido, de acordo com Foucault, tratar o poder circunscrevendo-o apenas à esfera jurídica significa reduzir sua compreensão a um efeito puramente repressivo, o que ele considera como uma abordagem demasiadamente “estreita” e “esquelética”. Decorre disso que o autor não toma o poder como algo tangível que se poderia deter ou alcançar. De fato, Foucault nem mesmo concebe a existência do poder enquanto tal, pois o que existe são relações de poder. Sendo assim, o poder circula entre todos os indivíduos, haja vista que não se pode conceber um sujeito apartado de relações de poder. De

³ FOUCAULT, M. 1999, p. 36.

acordo com o autor, “o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui”⁴. Toda relação social é uma relação de poder, todos nós exercemos poder, ao mesmo tempo em que somos produzidos por ele.

Sob esse ponto de vista, Foucault se afasta das teorias jurídicas do poder que pressupõem a transferência e a alienação do poder como um bem. Do mesmo modo, rechaça o entendimento do poder como dominação decorrente do pressuposto de que este se define como um ponto fixo ou sedimentado e, por isso mesmo, poderia ser detido exclusivamente por alguns indivíduos ou grupos. Ademais, Foucault se coloca contra a perspectiva marxista que concebe o Estado como instituição responsável por reproduzir a dominação social. Para o autor, o poder se espalha enquanto é produzido na efetividade das práticas e por isso não se pode querer reduzi-lo a um *locus* central, ainda que se possa identificar lugares privilegiados onde o poder se sedimenta. Afastando-se ainda mais da concepção política corrente, Foucault afirma que não se deve “tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo – dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras”⁵. Portanto, não se deve atribuir de antemão uma dimensão negativa às relações de poder, como se todo poder que se exerce fosse essencialmente opressor. É preciso considerar as relações de poder no solo em que se formam tendo em vista seu aspecto produtivo, o que inclusive garante sua sustentação e vigência. Essa tese é aprofundada em *La volonté de Savoir* (1976) livro em que Foucault, sem negar a atuação repressiva na qual pode se dar o exercício de poder, acentua o caráter produtivo decorrente dele. No caso da sexualidade, o autor argumenta que estamos mais circunscritos a um quadro de incitação permanente desse aspecto da vida que produz sujeitos de desejo do que em um quadro absolutamente repressivo como preconizado pelo esquema freudo-marxista.

Por conseguinte, no lugar de dominação maciça Foucault pensa o poder como um conjunto estratégico indefinido e disperso. Isso implica que o poder deve ser visto como uma prática e, por isso, não pode ser subordinado a uma categoria universal, dado seu caráter pulverizado, conforme podemos entender na seguinte afirmação:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua

⁴ FOUCAULT, M. 1999, p. 35.

⁵ FOUCAULT, M. 1999, p. 34.

organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.⁶

A partir disso, podemos notar que Foucault diferencia poder e dominação. Sendo o estado de dominação caracterizado pela inexistência do espaço de atuação do poder. Dito de outro modo, dominação faz referência a uma relação de poder assimétrica cujas possibilidades de resistência e os espaços de liberdade necessários para o exercício do poder foram bastante limitados. Coteja essa distinção a ideia célebre de Foucault de que não há poder sem resistência, pois o que caracteriza as relações de poder é a possibilidade de resistência inerente a elas constituindo jogos de forças. Isso nos permite compreender a observação de Thomas Lemke: “criticando o modelo jurídico em seu trabalho até a metade dos anos 1970, Foucault viu o modo do poder não como lei e consenso, mas como guerra e luta”⁷. A isso Foucault se refere em *Il Faut Défendre la Société* como “hipótese Nietzsche”, por meio da qual o autor vai conceber o poder inserido em jogo de forças, sendo seu caráter produtivo resultado do embate entre elas. No entanto, como demonstra Lemke, Foucault não poderia permanecer com essa hipótese, pois ela apenas se coloca como um negativo do modelo jurídico de poder, de modo que “mesmo em sua negação do conceito de poder jurídico-discursivo ele permaneceu dentro dessa problemática da legitimação e lei”⁸. Ao afirmar que a hipótese Nietzsche se opõe termo a termo à formulação jurídica do poder, Foucault ainda não desconsidera o modelo jurídico, pois o faz apenas numa posição de recusa. Com efeito, não há, de fato, um enfrentamento a esse modelo, a hipótese invocada não é capaz de implodir os termos que recusa, pois: “no lugar do consenso e da lei, ele insistiu em coação e guerra, no lugar de tomar a macro perspectiva do Estado e centrar nos detentores do poder ele prefere investigar a microfísica do poder e estratégias anônimas”⁹. Assinalamos aqui que isso não significa afirmar que as análises micropolíticas devam ser desconsideradas. Muito ao contrário, se elas se mostram insuficientes quanto ao enfrentamento definitivo de uma abordagem jurídico-filosófico-repressiva do poder ela cumpre com êxito o intuito de se firmar como uma abordagem imanente das relações estratégicas, possibilitado pelo método genealógico que coloca em

⁶ FOUCAULT, M. 1999b, p. 88-89.

⁷ LEMKE, T. 2000, p. 3.

⁸ LEMKE, T. 2000, p. 3.

⁹ LEMKE, T. 2000, p. 3.

evidência os atravessamentos que compõem as relações de poder. No entanto, como insiste Lemke, o objetivo de Foucault era “cortar a cabeça do rei nas análises políticas”¹⁰, mas ele não logra êxito, pois o “cortar a cabeça” do rei deveria se configurar apenas como o primeiro passo rumo a um desvencilhamento definitivo da referência jurídica, de modo que permanece a questão: “Como é possível que seu corpo decapitado frequentemente se comporte como se, de fato, tivesse uma cabeça?”¹¹.

Ainda de acordo com Lemke ao introduzir o tema do governo Foucault enfrenta essa questão¹². Ao deslocar-se de uma microfísica do poder até a noção de governamentalidade, compreendendo poder como condução de condutas, a metáfora de guerra pode ser abandonada dando lugar ao caráter estratégico das relações imanentes de poder que serão colocados sobre a forma de conduta/contraconduta. Por ora, cabe apenas ressaltar que a abordagem da governamentalidade não exclui as formas consensuais ou o recurso à violência que também constituem as relações de poder, ainda que não sejam seu fundamento. A essa mudança de ponto de vista, Lemke denomina de “hipótese Foucault”¹³, a qual acaba por ultrapassar perspectiva anterior de uma metáfora guerreira, limitada pelo caráter estritamente negativo em relação à formulação jurídica do poder. O autor pode, então, restituir o caminho de análise aberto pelas pesquisas genealógicas do poder empreendidas desde o início da década de 70, mas agora corrigidas, permitindo corroborar sua posição acerca de uma analítica política em detrimento de uma Teoria do poder.

Durante a década de 70 Foucault foi incessantemente criticado por sua abordagem microfísica do poder, acusada de ser incapaz de dar conta de análises mais ampliadas como aquelas concernentes à constituição e funcionamento do Estado, bem como os mecanismos democráticos de representação política. Tendo isso em mente, pensamos que é possível afirmar que o intuito de levar a cabo uma história da governamentalidade, tal como aparece em *Sécurité, Territoire, Population* se apresenta, em grande medida, como uma maneira de responder às acusações direcionadas às implicações de uma abordagem micropolítica. Por meio de uma genealogia das práticas políticas fica demonstrada a possibilidade de alcançar problemas que se referem a uma sedimentação maior de poder, inclusive a nível do Estado e suas instituições. A analítica do poder não é avessa à temática do Estado, mas também não se

¹⁰LEMKE, T. 2000, p. 3.

¹¹Dean 1994, p. 156 *apud* LEMKE, T. 2000, p. 3.

¹² LEMKE, T. 2000, p. 3.

¹³LEMKE, T. 2000, p. 3.

subordina a ela. Corrobora essa posição Colin Gordon, que vê na introdução do tema da governamentalidade uma maneira de Foucault mostrar a efetividade de seu método na abordagem de temas não circunscritos a uma dimensão micropolítica. O comentador ainda pontua que as mesmas “técnicas e práticas endereçadas aos indivíduos humanos em suas instituições particulares e locais poderiam também ser endereçadas às técnicas e práticas para o governo das populações, dos sujeitos ao nível de uma soberania política sobre uma sociedade inteira”¹⁴. Com efeito, é possível extrair a conclusão de que “não houve descontinuidade metodológica ou material entre as abordagens, microfísicas e macrofísicas no estudo do poder”¹⁵.

Desse modo, fazemos notar que a ampliação dos objetos de estudo até as formas de governamentalidade política do Ocidente que perfazem uma análise acerca da formação do Estado moderno não implicam em um afastamento da abordagem micropolítica. Para Foucault, as relações de poder se prolongam para além dos limites do Estado e é na investigação dos acontecimentos que o formaram e nos jogos de poder na governamentalidade que Foucault identifica uma série de práticas de poder. Com efeito, a microfísica é então estendida até as práticas que compõem a governamentalidade e que, como vimos, reformula a compreensão do poder, como explicita o autor ao fim do curso *Sécurité, Territoire, Population*:

Entre o nível do micropoder e o nível do macropoder, algo como um corte, de modo que se fala de um, não se exclui falar do outro. De fato, uma análise em termos de micropoderes viabiliza-se sem nenhuma dificuldade com a análise de problemas como aqueles do governo e do Estado¹⁶.

Assim, realiza-se a história do Estado a partir das ações dos indivíduos, evadindo-se de uma posição que toma o Estado como uma realidade transcendente, cuja história teria se dado a partir de si mesmo, desconsiderando as transformações efetivas possibilitadas pelas práticas dos indivíduos. Breve, toma-se o Estado como uma maneira de pensar e de fazer.

É preciso ponderar ainda que se no curso de 1978 a abordagem do Estado por meio da genealogia da governamentalidade constitui um tema central ela não é o ponto de partida de Foucault. Como bem observa Senellart, Foucault inicia o curso *Sécurité, Territoire,*

¹⁴ GORDON, C. 1991, p. 4.

¹⁵ GORDON, C. 1991, p. 4.

¹⁶ FOUCAULT, M. 2004b, p. 366.

Population partindo do conjunto de questões formuladas no curso de 1976 *Il faut défendre la société* que apresentam a biopolítica, entendida como uma série de práticas de poder que procuram intervir sobre o aspecto biológico dos indivíduos tomados como população. Assim, Foucault quer identificar essa tecnologia de poder responsável por garantir a segurança da população de seus perigos internos por meio de uma regulação das relações sociais. Essa tecnologia se opõe diametralmente ao funcionamento do poder de soberania pautado sobre o território de modo que o objetivo inicial do curso é compreender as modificações da soberania sobre o território que se deslocam para a regulação das populações.

Perseguindo esse intuito é que Foucault analisa os espaços de segurança em relação à arquitetura das cidades, o tratamento do aleatório inserido na questão da escassez que o permite aproximar o problema da população à economia política. No entanto, seguindo o apontamento de Senellart, a partir da aula de 1º de fevereiro de 1978 Foucault desliza de uma análise pautada no eixo “segurança, território, população” para o triângulo “segurança, população, governo”¹⁷, na medida em que a análise sobre a população modifica o plano geral do curso ao se deparar com a noção de governamentalidade. O objetivo do curso passa a ser o de compreender como o problema da população possibilitou o desbloqueio das artes de governo, de modo que a questão não é mais o de constituir os dispositivos de segurança, opondo-os à soberania, mas empreender uma “história da governamentalidade”¹⁸. Assim, Foucault amplia e alarga o quadro de suas pesquisas, que alcançam, como já pontuamos, a abordagem de dimensões mais ampliadas das práticas de governo. Para isso, o autor segue o fio condutor da noção de governo¹⁹ e realiza uma genealogia das racionalidades governamentais que atravessam toda modernidade, a partir do século XVI até o século XX, partindo da razão de Estado no fim do século e primeira metade do XVII, passando pela governamentalidade liberal do século XVII e chegando ao seu desdobramento neoliberal, tal como formulada pelos americanos com a Escola de Chicago e pelo ordoliberalismo alemão no século XX. Essas últimas formas de práticas políticas racionalizadas são objeto da análise foucaultiana em todo o curso de 1979 *La naissance de labiopolitique*.

¹⁷ SENELLART, M. 2004, 395.

¹⁸ FOUCAULT, M. 2004b, p. 111.

¹⁹ FOUCAULT, M. 2004b, p., 373.

O problema do governo e as artes de governar

A partir desses apontamentos múltiplos que conferem um vasto campo semântico à noção de governo Foucault extrai que não obstante a pluralidade do termo ele nunca remete a uma noção correspondente a um governo do território, ou a um governo de uma estrutura política, sentido presente tanto na definição do poder soberano, quanto na definição atual de onde se extrai que governo se refere apenas ao cabedal burocrático do Estado. De fato, para a concepção política do século XVI que elabora e problematiza a questão das artes de governo o que se governa são as pessoas, os homens, os indivíduos ou as coletividades. Logo, predomina a percepção de que o propósito das artes de governo é o de governar os homens, interferindo sobre os modos como eles se conduzem tendo por base a ideia de que os homens são governáveis. Essa ideia de que se pode exercer um governo sobre os homens remonta à concepção política antiga do oriente, ausente entre os gregos, a qual é meticulosamente desenvolvida pela pastoral cristã que desenvolve tecnologias específicas de poder responsáveis por conduzir a conduta dos indivíduos e para isso, faz funcionar uma direção da consciência conjugada a um sistema de obrigações e produção de verdades, que se arregimenta na afirmação de que cada indivíduo deveria “ser governado e deixar-se governar”²⁰; em toda sua vida e ações. Como já fizemos referência o desenvolvimento dessa técnica de poder se estende por toda Idade Média, alcançando o início da Modernidade e é justamente nesse período que ocorre a crise mais acentuada dessa prática de governo que se desdobra na questão relativa à multiplicidade das práticas de governo que se configura como um problema político acerca de como governar. A partir da expansão das artes de governo estendidas a múltiplos domínios emerge um conjunto de reflexões em torno das práticas de governo entendidas como o “controle que se pode exercer sobre si mesmo, sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir”²¹. Sendo assim, analisaremos como Foucault trabalha essa problemática das artes de governo e como isso se liga ao escopo do autor de inserir a abordagem das relações de poder no campo daquilo que entende por governamentalidade.

O problema do governo – de como deixar-se governar, de como governar-se a si mesmo e, principalmente, de como governar os outros – se apresenta com toda intensidade

²⁰ FOUCAULT, M. 2015, p.35.

²¹ FOUCAULT, M. 2004b, p. 126.

durante o século XVI a partir da imbricação de dois processos conjuntos, conforme nos aponta Foucault: 1) o desfacelamento das estruturas feudais para fazer funcionar os grandes Estados territoriais e administrativos que passam a se concentrar no funcionamento estatal; 2) o desejo de querer ser dirigido espiritualmente por outros meios e que culminou nos movimentos da Reforma e da Contra-Reforma. Portanto, confluência entre uma concentração estatal de um lado e dispersão e dissidência religiosa do outro, cujo efeito, de acordo com o autor: “coloca, com evidência essa intensidade particular no século XVI, o problema de como ser governado, por que, até que ponto, a quais fins, por quais métodos”²². A partir da identificação desses acontecimentos históricos é que Foucault localiza a prevalência em torno da problemática do governo que se coloca por meio da questão de como governar – por parte daqueles que exercem governo sobre os outros – e por meio da questão de como ser governado de maneira outra, ou ainda, de como não ser totalmente governado – por parte daqueles a quem se endereçam as práticas de governo – seja no âmbito doméstico, familiar, político ou mesmo do sujeito em relação a si mesmo.

O esfacelamento das instituições feudais liga-se ao advento de outra racionalidade política, a saber, a razão de Estado, que adquire proeminência teórico-prática no século XVI e cujas prerrogativas se opõem termo a termo ao esquema de funcionamento da soberania. Acompanha esse movimento o conjunto de transformações colocadas pelas inquietações quanto ao modo de condução das práticas religiosas a que Foucault liga à história do poder pastoral e cujo ápice se dá precisamente nos movimentos cristãos da Reforma e da Contrarreforma. Observa-se, assim, uma profunda modificação do quadro político, ético e religioso vigente que se desdobra na questão das práticas de governo no início da modernidade e insere a governamentalização em uma conjuntura que atravessa o campo da política e da ética na medida em que se refere ao jogo colocado pela questão de como governar e de como não ser totalmente governado.

Na opinião de Senellart, a questão do governo começa a ser objeto do interesse de Foucault na ocasião do curso *Lesanormaux* de 1975 quando ele opõe o modelo de exclusão dos leprosos ao da inclusão dos pestilentos, conferindo à Idade clássica “a invenção de tecnologias de poder, aplicáveis a níveis diversos”²³. Com efeito, já nesse ano Foucault identifica na Idade Clássica uma preocupação em elaborar uma arte de governo que possa ser

²²FOUCAULT, M. 2004b, p., p. 92.

²³ SENELLART, M. 2004, p.403.

estendida ao problema de como governar as crianças, os loucos, os pobres e posteriormente os operários. Desse curso, recupera-se ainda uma designação do termo governo formulada pela primeira vez como “uma técnica geral do governo dos homens”²⁴ e que aparece como contraponto da definição de governo atrelada aos sistemas de representação e de funcionamento estatal. Além disso, Senellart observa que já nesse curso a análise das técnicas de governo é estendida da disciplina dos corpos para o governo das almas, introduzido pela Igreja no ritual de penitência e no sistema de confissão, compondo um intrincado processo de normalização.

Sendo assim, o que vemos no curso de 78 é uma reativação desses dois temas preliminarmente apontados concernentes às artes de governo da modernidade e à pastoral das almas. Sem embargo, quando Foucault retoma o tema do pastorado cristão no desenvolvimento de *Sécurité, Territoire, Population* amplia o lastro histórico compreendido por essa técnica de governo, localizando sua ativação não no ritual de penitência e confissão, mas nos primórdios do cristianismo de modo que é impossível desvencilhar os dois fenômenos. De fato, de acordo com a leitura de Foucault, o cristianismo se desenvolve como pastoral cristã, sendo essa prática considerada pelos Padres da Igreja do século III como *arsartium* – a arte das artes – cuja importância constitui o centro das formulações teológico-moral da religião cristã. Observa-se, assim, que Foucault opera tanto uma ampliação da temática pastoral quanto um alargamento da problemática do governo, que pode ser localizada, ainda que de modo incipiente, no âmbito religioso. O que vemos se constituir, portanto, no prolongamento do curso *Sécurité, Territoire, Population* é a constituição de uma pesquisa que se desenvolve pela aposta naquilo que Foucault chama de “governamentalização da sociedade” (REFERÊNCIA). Desse modo, ao se debruçar sobre o tema da governamentalidade, Foucault propõe um recuo que remonta à pastoral cristã na medida em que percebe nos dispositivos do poder pastoral a gênese das práticas políticas racionalizadas da Modernidade.

Em *Sécurité, Territoire, Population* o tema da governamentalidade é introduzido pela questão que se levanta em relação à multiplicação das artes de governo no século XVI, a partir da conjuntura já apontada. Ora, verifica-se a partir disso que o interesse de Foucault incide nos problemas suscitados pela multiplicidade das práticas de governo. Nesses termos,

²⁴ SENELLART, M. 2004, p. 404.

continuando o entendimento que se esboça em 1975 do governo constituindo uma tecnologia de poder, o autor se afasta da acepção contemporânea do termo, que é entendido tão somente como administração ou como a instância do poder executivo de determinada unidade política. Assim, ao mesmo tempo em que localiza a questão do governo na modernidade entendida de maneira múltipla e diversa em variados âmbitos da sociedade, Foucault quer demarcar o sentido abrangente do termo como objeto de suas pesquisas. Não se trata de examinar o governo a partir do ponto de vista do Estado, e sim compreender os desdobramentos de suas múltiplas determinações efetivadas, por exemplo, no governo dos pais em relação aos filhos, do padre em relação à comunidade religiosa e mesmo do sujeito em relação a si mesmo. O modo pelo qual Foucault aborda a questão do governo é certamente mais complexa e fecunda, pois ao não reduzir a polissemia do termo, tal como encontrada no século XVI, Foucault é capaz de construir um caminho para empreender suas análises do poder que perpassa uma abrangência que compreende o governo dos outros e o governo de si mesmo.

Dito isso, é possível sustentar que a noção de governo no curso de 78 ocupa lugar central, permitindo a Foucault explorar as relações de poder sob os auspícios da governamentalidade. Ademais, cabe mencionar que é por meio dessa definição de governo que é possível pensar a articulação entre ética e política a partir da análise das práticas de si na Antiguidade grega nas pesquisas desenvolvidas na década de 80. Passaremos ao largo dessa problemática na tentativa de demonstrar um pouco mais em detalhe os desdobramentos da expansão das práticas de governo no início da Modernidade.

Primeiramente, é preciso demarcar o fato de que, ao assumir a fecundidade da noção de governo em detrimento de uma significação unívoca, Foucault opõe a dispersão das artes de governo à unidade da soberania como é concebida pela filosofia jurídico-política. Nesse sentido, pode-se afirmar que pela abordagem das práticas de governo o autor pode endossar sua perspectiva crítica em relação à concepção jurídica do poder. Ora, se na abordagem micropolítica o poder de soberania é o contraponto da multiplicidade das relações de poder, nos estudos da governamentalidade essa multiplicidade se refere às práticas de governo distribuídas em diferentes relações de poder, haja vista que o poder passa a ser entendido como prática de governo. A multiplicidade das práticas de governo se evidencia também na polissemia da noção de governo como nos mostra a incursão de caráter etimológico realizada por Foucault. Ora, o autor recobre os significados atribuídos à noção de governo no século XVI, distintos daqueles atribuídos ao termo hoje. Uma primeira conotação de governo

concerne a um sentido material, de dirigir sobre um caminho; outro sentido material concerne ao ato de sustentar, aonde governar é prover uma subsistência. Próximo a esse sentido está também o de “tirar sua subsistência de algo”²⁵. Há ainda conotações morais para o termo que pode significar “conduzir alguém”²⁶, em um sentido espiritual, de onde “governo das almas”²⁷ que irá perdurar por bastante tempo, mas também no sentido de “impor um regime”²⁸ a alguém, isto é, prescrever. Daí a conotação propriamente moral identificando-se com conduta, de onde uma má conduta ou boa conduta. E ainda, Foucault aponta que o termo pode significar “relação entre indivíduos”²⁹, no sentido de “se dirigir a alguém”³⁰ ou falar com alguém. Logo, ao invés de se prender a uma definição unívoca do poder e, por conseguinte, das práticas de governo, Foucault aposta mais uma vez no caráter plural que elas manifestam e rastreia genealógicamente a formação em curso no início da Modernidade de inúmeras práticas de governo que procuram interferir sobre a conduta dos outros.

Desta feita, a relação estabelecida na soberania se configura apenas como uma prática de governo entre as demais. Como podemos apreender da afirmação de Adverse, Foucault problematiza as relações entre Estado e soberania e evidencia que “a história do Estado moderno não pode ser devidamente compreendida quando referida exclusivamente ao problema da soberania”³¹. Por conseguinte, a história do Estado moderno será realizada a partir da governamentalidade de modo que “o campo de análise que Foucault irá explorar incluirá, portanto, a história do Estado, mas para evidenciar que a racionalidade que suporta sua função política é aquela cifrada nas artes de governar”³². Com efeito, existe uma variedade de atores que fazem funcionar as artes de governo, há uma pluralidade daqueles que governam, sendo o príncipe apenas mais um dentre eles, na medida em que o governo do Estado é apenas mais uma modalidade de governo dentre as tantas existentes.

Confrontando esse tema imprescindível para o entendimento das considerações políticas de Foucault, Candioto pontua que: “a multiplicidade deixa de ser entendida em termos de correlação estratégica entre as forças, para ser proposta como campo de ações

²⁵ FOUCAULT, M. 2004b, p. 125.

²⁶ FOUCAULT, M. 2004b, p. 125.

²⁷ FOUCAULT, M. 2004b, p. 125.

²⁸ FOUCAULT, M. 2004b, p. 125.

²⁹ FOUCAULT, M. 2004b, p. 125.

³⁰ FOUCAULT, M. 2004b, p. 125.

³¹ ADVERSE, H. 2014, p. 306.

³² ADVERSE, H. 2014, p. 306.

possíveis e limitantes do exercício de governo diante das efetivações unitárias e acabadas”³³. Sendo assim, verifica-se que durante os primeiros estudos genealógicos de Foucault a multiplicidade se refere ao conjunto de relações de poder inseridas nos jogos estratégicos, enquanto nos estudos do governo essa multiplicidade se desloca para o entendimento dos campos de possibilidades de ação, nos quais uns interferem sobre os modos de condução dos outros. Ainda conforme Candiotto: “Essa multiplicidade de governar observada no século XVI foi fundamental para a proposição foucaultiana de uma genealogia da governamentalidade em face da teoria da soberania”³⁴. Essa observação reforça a leitura rupturadora em relação à perspectiva jurídico-filosófica do poder.

Considerações Finais

A noção de governo é tomada por Foucault no sentido múltiplo empregado no século XVI em oposição à significação estreita do termo na atualidade. Com efeito, essa compreensão é importante para Foucault modificar o entendimento que tem da noção de poder. Nas pesquisas foucaultianas no fim da década de 70, verifica-se o deslocamento de uma micropolítica das relações de poder normalizadas para uma análise das técnicas em que os sujeitos governam uns aos outros, de modo que o poder é entendido como relações estratégicas entre indivíduos para condução de condutas. Desse modo, a análise foucaultiana busca apreender as relações de poder enquanto práticas de governo, a partir da constatação da ideia de que os indivíduos são governáveis. Logo, o que está em jogo nas relações de poder são as práticas de governo, ou seja, os modos de conduzir a conduta de outrem.

A trilha aberta pela questão do governo leva Foucault a se debruçar sobre as artes de governar que aparecem no século XVI oriundas da crise estabelecida na pastoral cristã. O caminho seguido por Foucault desemboca na razão de Estado. Com isso nos encontramos no terreno da governamentalidade, onde tecnologias de poder se encontram com racionalidades específicas para se exercerem. Na razão de Estado, aparece uma racionalidade propriamente política que se opõe ao discurso teológico-jurídico da soberania e, posteriormente, vemos as práticas de governo se alicerçarem em uma racionalidade científica de caráter econômico, formando a governamentalidade liberal, que apesar de todas as transformações que provoca

³³ CANDIOTTO, C. 2010, p. 35.

³⁴ CANDIOTTO, C. 2010, p. 36.

mantém os mesmos propósitos da prática de governo pastoral concernente ao governo da conduta dos outros, em todos os seus aspectos e cotidianamente.

Sem abandonar a abordagem microfísica, nosso autor é capaz de operar uma crítica radical a um objeto dito mais importante: o Estado. Precisamente Foucault trata de desconstruir a ideia de lugar privilegiado de análise, bem como coloca em xeque a existência cristalizada, forte e duradoura dessa instituição de modo que ele a percebe como um efeito do processo de governamentalização implementado a partir do século XVI; um efeito das relações estratégicas de poder abarcadas pela governamentalidade. O entendimento do poder como práticas de governo é desse modo radicalizado servindo, inclusive, para abordagem das práticas que compõem o Estado. Destarte, a governamentalidade permite tratar o problema da condução dos indivíduos fora das dimensões cristalizadas da correspondência entre governo e Estado; este último é tomado pelo autor não como uma unidade oriunda da multiplicidade das relações de poder, mas ele mesmo é considerado como uma multiplicidade de forças. Sendo assim, Foucault prescinde partir do Estado considerando-o como o núcleo central do poder a partir do qual se pode deduzir o controle exercido em nossa sociedade. O que ele faz é perscrutar o aparecimento das formas de governo, que se desdobram em um Estado governamentalizado, no lugar de tentar compreender as transformações como uma crescente estatização da sociedade.

De modo geral, pudemos constatar que o problema do governo é o eixo central que perpassa o tema da governamentalidade. A prática de governo se estende desde a antiguidade a partir do poder pastoral que procura conduzir as ações dos indivíduos em todas as dimensões e aspectos. A genealogia dessa prática de governo é importante para que o autor rastreie a história da governamentalidade moderna. Muitos dos aspectos do poder pastoral são reativados nas artes de governo racionalizadas que tomam forma a partir do século XVI. Desse modo, como vimos, existem deslocamentos múltiplos que fazem com que as tecnologias de condução de conduta possam operar em outro arranjo governamental. A analítica do poder passa, então, a integrar a genealogia da governamentalidade.

Referências

- ADVERSE, Helton. “Para uma crítica da Razão Política: Foucault e a Governamentalidade”. In: *Revista Estudos Filosóficos*. São João Del Rei, nº4, pp. 1-25, 2010.
- AVELINO, N. “Governamentalidade e democracia liberal: novas abordagens em Teoria Política. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.5. Brasília, 2011, p. 81-107.
- BURCHELL, G; GORDON, C, MILLER, P (Orgs). *The Foucault Effect: studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- CANDIOTTO, C. Foucault e a crítica da verdade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- . “A governamentalidade política no pensamento de Foucault”. *Rev. Filosofia Unisinos*.11(1), 2010b, pp. 33-43.
- DUARTE, A. “Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno. In: *Foucault filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- ~~Em defesa da sociedade~~. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- . “*Omnes et singulatim: vers une critique de la raison politique*”. In: *Dits et écrits II-1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.
- . *Lenaissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard/ Seuil, 2004.
- . *Sécurité, territoire, population*. Paris: Gallimard/ Seuil, 2004b.
- GORDON, C. “Governmental rationality: an introduction”. In: *The Foucault Effect: studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- . “Governamentalidade e a genealogia da política”. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 39, n. 4, 2013. p. 1049-1065.
- LEMKE, T. “Foucault, governmentality, and critique”. In: *Rethinking Marxism Conference*, University of Amherst, 2000.
- SENELLART, Michel. “A crítica da razão governamental em Michel Foucault”. *Tempo Social; Rev. Social*. São Paulo, v. 7, n. 1-2, p.1-14, 1995.

_____. “Situation des cours”. In: *Securité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

Submetido em: 07/12/2017

Aceito em: 15/12/2019